



ANÁLISE DA AÇÃO ANTRÓPICA SOBRE UMA FAIXA DE MANGUE NO ESTUÁRIO DO RIO APODI/MOSSORÓ (RN)

COSTA, D. F. S.; SILVA, A. F.; LUCENA FILHO, M. A.; ROCHA, R. M.

(diogenesgeo@yahoo.com.br)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Laboratório de Ecologia do Semi-Árido. Rua Joaquim Gregório, sn. Penedo. Caicó/RN.

INTRODUÇÃO

O litoral setentrional do estado do Rio Grande do Norte (Brasil) apresenta alguns fragmentos de manguezais ao longo dos seus principais estuários, onde muitos, por estarem localizados próximos à áreas urbanas, vêm sendo alvo de uma série de pressões antrópicas (MAIA, 2005). A presente pesquisa foi realizada em uma franja de mangue ao longo da margem direita do estuário do rio Apodi/Mossoró (04°57'54"S e 37°08'29"W), localizada nas imediações da cidade de Areia Branca/RN e banhada por um conjunto de gamboas que se subdividem em canais menores, provenientes do estuário. O objetivo principal foi a identificação e o registro das agressões antrópicas que ameaçam a preservação do ambiente de manguezal, caracterizado por ser uma zona onde parte do componente vegetal de mangue está se recuperando, identificando-se as seguintes espécies: *Avicennia germinans* L., *A. schaueriana* Stapf & Leechman, *Rhizophora mangle* L. e *Laguncularia racemosa* (L.) C. F. Gaertn. (MEDEIROS, 2004). Devido ser uma área bastante visada economicamente, o manguezal estudado sofre com as conseqüências destas pressões antrópicas que desequilibram este frágil ecossistema (OCHOA, 2005). Diversos autores já registraram a preocupação com o desaparecimento do mangue, que em muitos casos são relacionados a agentes antrópicos que "atuam como fatores crônicos, perpetuando sua ação e seus impactos em longo prazo" (SCHAEFFER-NOVELLI & CINTRÓN, 1986; 2005).

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho utilizou imagens de satélite CBERS 2 (atuais) e IKONOS (2003) para a identificação de possíveis áreas degradadas em uma franja de mangue, nas proximidades da cidade de Areia Branca/RN. Foram realizadas 10 (dez) campanhas de campo ao local, durante o mês de

maio de 2007, tendo como base as variações de maré no ambiente estudado, para se identificar a área de influência das mesmas e o componente vegetal de mangue, assim como ações e práticas antrópicas na área. Foi necessária a utilização de uma lancha para analisar o componente vegetal a partir do estuário, com vista no georeferenciamento (aparelho GPS de navegação Garmin GEKO de 12 canais), das áreas devastadas por possíveis barcos que passam no local e demais impactos antrópicos a serem identificados; fez-se uso da entrevista junto a 10 ribeirinhos, obtendo-se informações sobre o perfil dos catadores de caranguejos e demais usuários daquele espaço, registrando-se os principais efeitos de sua atuação na degradação do manguezal. Utilizou-se a fotografia como recurso complementar.

RESULTADOS

A partir dos trabalhos de campo, ficou constatada a degradação no manguezal produzida pelos catadores de caranguejo-uçá (*Ucides cordatu* L.), que atuam de forma clandestina neste ecossistema. São de grande pressão as ações praticadas, sobretudo a derrubada e corte de árvores juvenis de *L. racemosa* e *R. mangle*; a madeira dessas árvores é utilizada para fabricação de instrumentos de pesca e captura de caranguejo, para a alimentação de gado bovino, além de possibilitar a abertura de trilhas no interior da franja de mangue. A abertura de clareiras dentro desse delicado ecossistema também foi registrada, as quais podem gerar danos irreversíveis ao ecossistema (SCHAEFFER-NOVELLI & CINTRÓN, 1986; MAIA, 2005). No local, foram encontradas várias armadilhas utilizadas pelos caranguejeiros, as quais foram abandonadas no local, constituindo-se em um acúmulo de lixo dentro do ambiente.

Devido ao intenso fluxo de barcaças para o escoamento do sal marinho produzido no estuário,

constatou-se que a maioria das clareiras encontradas às margens do estuário provinha de acidentes envolvendo estas embarcações, que ao passarem junto à margem, têm contato direto e indireto com a vegetação. Outro impacto identificado como uma das principais agressões antrópicas no ambiente, evidenciados durante a pesquisa, diz respeito à grande quantidade de lixo urbano encontrado no interior do trecho de manguezal analisado. Estes resíduos são possivelmente lançados às águas do estuário pela população urbana, assim como pelas pessoas que viajam diariamente nas balsas, trafegando entre os municípios de Areia Branca e Grossos/RN (margem oposta do estuário).

O acúmulo desse material constitui-se em um obstáculo ao desenvolvimento de uma biota equilibrada. Todos os impactos e zonas seriamente agredidas foram fotografadas e demarcadas geograficamente (UTM), facilitando a sua localização em visitas futuras.

Como impacto associado ao ambiente de manguezal, identificou-se nas áreas próximas, a instalação do matadouro público da cidade de Areia Branca, sendo este responsável por descargas pontuais de dejetos orgânicos; também se verificou o descarte de um canal de esgotos residenciais (*in natura*), de fluxo contínuo, para dentro do estuário. A realização destas práticas pode ter um impacto alarmante dentro da cadeia biológica e sistemas ecológicos do estuário e ecossistemas adjacentes.

CONCLUSÕES

O manguezal da região setentrional do Rio Grande do Norte vem sendo alvo de uma série de pressões antrópicas e atividades predatórias, em especial destaque para atividades industriais (carcinicultura, salinas, etc.) e captura de caranguejo. Ações mitigadoras devem ser tomadas de imediato por órgãos competentes, pois a fauna e a flora desses ecossistemas estão rigidamente adaptadas, sendo, por isso, sensíveis a qualquer alteração em seu meio (SCHAEFFER-NOVELLI & CINTRÓN, 1986; 2005).

De acordo com as agressões identificadas no ambiente estudado, identificou-se uma forte pressão sobre aquele espaço, em conseqüência do seu uso inadequado pelas populações humanas locais, fazendo-se necessárias a realização de atividades que visem a sua utilização sustentável e a preservação dos recursos naturais aí encontrados (educação ambiental, recuperação de áreas degradadas, etc.), haja vista que o mesmo já está

localizado em uma área de preservação permanente (BRASIL, 1965).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MEDEIROS, J. F. de. **Análise fitossociológica do manguezal e a percepção ambiental das comunidades ribeirinhas no estuário Apodi / Mossoró - RN.** Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Dissertação de mestrado. Mossoró (RN): [ed. do autor], 2005. 63 pg.

OCHOA, L. F. R. **Factores que afectan la propagación y establecimiento de Avicennia germinans L. en ambientes degradados de regiones semi-áridas subtropicales.** Universidad de Puerto Rico. Dissertación de Mestrado en Biología Marina. Porto Rico, [ed. do autor], 2005. 123 pg.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y; CINTRÓN, G. **Guia para estudo de áreas de manguezal - estrutura, função e flora.** São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1986, 150 p.

MAIA, L. P.; LACERDA, L. D. (orgs.) **Estudo das áreas de manguezais do nordeste do Brasil.** Avaliação das áreas de manguezais dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Universidade Federal do Ceará. Instituto de Ciências do Mar. Fortaleza, 2005, 60 pg.

BRASIL, LEI FEDERAL N. 4.771, de 15 de setembro de 1965. **Art. 2º.** Trata da instituição de Áreas de Preservação Permanente em zonas marginais de rios e lagoas costeiras.